



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

29 de dezembro de 2017

- VARGEM GRANDE– ACP em desfavor do ex-prefeito Miguel Rodrigues Fernandes, em função de desvio de verbas da educação e saúde
- IMPERATRIZ / VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - ACP em desfavor da União, Estado e Município pedindo regularização de problemas apontados pelo Denasus
- Queda no número de matrículas nos ensinos fundamental e médio no Brasil
- SÃO LUÍS – Aprovação do novo Código Tributário
- SÃO LUÍS – Dívidas do governo estadual
- Polícia



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros	Estado	
DATA	29 / 12 / 2017	PÁG.	06
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Vargem Grande

Ex-prefeito é acionado por desvio de verbas da educação e saúde

O Ministério Público do Maranhão acionou o ex-prefeito de Vargem Grande, Miguel Rodrigues Fernandes, por atos de improbidade administrativa que causaram um prejuízo de R\$ 6.177,285,83 milhões aos cofres públicos. As quatro Ações Cíveis Públicas (ACPs) foram ajuizadas, nos dias 12 e 15 de dezembro, com o objetivo de reaver os recursos desviados e aplicar as sanções legais contra o ex-gestor. A Promotoria de Justiça de Vargem pediu ao Poder Judiciário que determine o bloqueio dos bens do acusado e o condene a pagar multa de R\$ 12.354.571,66 milhões. Assina as ações o promotor de justiça Benedito de Jesus Nascimento Neto, mais conhecido como Benedito Coroba.

EDUCAÇÃO

Nas duas ações relacionadas à área da educação, o MPMA baseou-se nos Relatórios de Informação Técnica nº 891 e 2053, ambos de 2012, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA). Foi constatado que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), relativos ao exercício financeiro de 2010 e 2011, no valor total de R\$ 3.721.214,15 milhões, foram utilizados na aquisição de produtos e realização de serviços sem qualquer licitação.

SAÚDE

O desvio de recursos públicos repassados pelo Ministério da Saúde ao Município de

DIVULGAÇÃO



O ex-prefeito Miguel Rodrigues é acusado por desvio de verba da educação e saúde

Vargem Grande, em 2010 e 2011, também motivou a Promotoria de Justiça a questionar judicialmente Miguel Fernandes. Nas duas ações relativas aos recursos da saúde, questiona-se a aplicação de R\$ 2.456.071,68 milhões. Benedito Coroba explicou que os valores repassados pelo Governo Federal são incorporados ao patrimônio municipal. "Os recursos desviados, que causaram lesão ao patrimônio público municipal seriam destinados para atender à demanda na área da saúde do Município de Vargem Grande, questão essa de interesse exclusivamente municipal,

razão pela qual a competência para dirimir conflito de interesses daí decorrente é da justiça comum estadual".

Ao avaliar a aplicação do dinheiro, o TCE constatou uma série de irregularidades nos procedimentos licitatórios, entre elas a ausência de justificativa, termo de referência sem aprovação, falta de designação do pregoeiro, equipe de apoio e ato de designação da comissão no processo, além da ausência de projeto básico na construção de um sistema de abastecimento de água.

Também foi detectado o uso de recursos para compra de veículos, locação de veículos, aquisição de medicamentos, insumos e realização de reformas sem qualquer procedimento de licitação.

PEDIDOS

Além de pedir a indisponibilidade de bens, contas bancárias e demais aplicações financeiras do ex-prefeito, ressarcimento dos valores desviados e pagamento das multas, o Ministério Público solicitou à Justiça que Miguel Fernandes seja condenado por improbidade administrativa, estando sujeito à perda da função pública que esteja eventualmente ocupando, suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos, proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios, incentivos fiscais ou de créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Capa <input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros Atos, Fatos e Boatos	
DATA	29 / 12 / 2017
PÁG.	02
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Desce

O ex-prefeito de Vargem Grande, Miguel Rodrigues Fernandes, foi acionado pelo Ministério Público do Maranhão por atos de improbidade administrativa que causaram um prejuízo de R\$ 6.177,285,83 milhões aos cofres públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Capa () Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros <u>Estado</u>			
DATA	29 / 12 / 2017	PÁG.	06 <input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

MPMA cobra fim de irregularidades na saúde de Vila Nova dos Martírios

A 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Saúde de Imperatriz ingressou, no último dia 21, com uma Ação Civil Pública contra a União, o Estado do Maranhão e o Município de Vila Nova dos Martírios, na qual cobra a regularização de diversos problemas apontados pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus). Vila Nova dos Martírios é Termo Judiciário da Comarca de Imperatriz. Em 2015 foi aberto um inquérito civil para apurar irregularidades no funcionamento do Programa Saúde da Família no município. Tal situação levou o MPMA a solicitar o apoio do Denasus, que emitiu o Relatório de Auditoria nº 16647. O Denasus identificou uma série de problemas na saúde do município, como o fato de cerca de 70% dos profissionais de nível superior das

Estratégias Saúde da Família e Saúde Bucal (programas do Governo Federal) terem sido admitidos sem concurso público. Também foi verificado que médicos e odontólogos não cumprem a carga horária prevista, de 40 horas semanais. Além disso, não foram oferecidos, em 2015 e 2016, capacitações, cursos, e atividade de educação permanente aos profissionais do programa. No que diz respeito aos agentes comunitários de saúde, não foi encontrada lei de criação da carreira e nem comprovada a realização de processo seletivo para contratação dos profissionais. Também foram apontados problemas na estrutura física, de equipamentos e processos de trabalho em diversas unidades básicas de saúde, além da falta de estrutura física para a realização

de trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família, em especial quanto à prevenção do Câncer Cérvico Uterino (PCCU) e à realização de procedimentos básicos, como curativos. Foi verificado, também, que a quantidade de medicamentos de atenção básica é insuficiente para atender à demanda da população, com quase 33% dos itens mínimos indisponíveis. Outra irregularidade é o fato dos atendimentos de saúde bucal serem realizados em consultório particular, sem que haja sequer um contrato formalizado. Após elaborar o relatório de auditoria, o Denasus emitiu uma série de recomendações ao Município de Vila Nova dos Martírios, que não comprovou a tomada de qualquer providência para sanar as irregularidades apontadas. Na ação, o promotor de justiça Newton de Barros Bello Neto requer da Justiça, em decisão liminar, que sejam sanadas todas as irregularidades apontadas pelo Denasus no prazo de 90 dias. Em caso de descumprimento da decisão, o Ministério Público pede que seja aplicada multa diária de R\$ 5 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Capa	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros		
DATA	29 / 12 / 2017	PÁG.	02
	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva
	<input type="checkbox"/> Negativa		

Câmara aprova novo Código Tributário

Nova legislação possibilitará aumentar a arrecadação municipal

CARLA LIMA
Subsecretaria de Política

nal maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A Câmara Municipal de São Luís aprovou ontem o novo Código Tributário de São Luís. Somente os vereadores Marcial Lima (PEN) e Estevão Aragão (PSB) decidiram votar contra a proposta defendida pela maioria do parlamento como uma forma de modernizar o sistema tributário da capital.

A votação foi aparentemente tranquila, mas antes da sessão extraordinária os vereadores passaram quase três horas reunidos para debater o assunto. Estavam na reunião o secretário Municipal da Fazenda, Délcio Rodrigues, e também o de Articulação Política de São Luís, Jota Pinto.

Após todo esse tempo reunidos, os parlamentares e os auxiliares de primeiro escalão do prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PDT) chegaram a um consenso sobre a proposta. Os vereadores precisavam ter a certeza de que não haveria criação de imposto e nem aumento de qualquer alíquota dos impostos existentes.

"Não há aumento de alíquota de imposto e nem criação de tributo. O que a proposta prevê é a modernização do sistema tributário para adequar a realidade que hoje existe em todo o Brasil", afirmou Monique Lopes, secretária-adjunta de Gestão Tributária da Semfaz.

Após impasse com a Prefeitura ser contornado, os vereadores votaram a proposta que teve sete emendas aprovadas. Destas, quatro foram propostas pela seccio-

Multa

Entre as alterações, estão a que prevê a divulgação e acesso fácil das decisões proferidas pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e também a especificação do contribuinte, que poderá ser multado em R\$ 1,5 mil por dificultar a ação da Fazenda Municipal.

"Trabalhamos em conjunto com a Comissão de Orçamento da Câmara e também junto à Semfaz para debater as alterações do código tributário. Com isso, podemos apresentar sete emendas. Destas, quatro foram aceitas pela Comissão de Orçamento da Casa", afirmou Thiago Díaz, presidente da seccional maranhense da OAB.

A proposta do novo Código Tributário de São Luís teve voto contrário somente dos vereadores Marcial Lima e Estevão Aragão. Os dois afirmaram que faltou transparência do Poder Executivo, que desde 2014 trabalha na elaboração do novo Código Tributário.

"Tantos órgãos e entidades foram chamados para discutir a proposta em sua fase de elaboração. Somente a Câmara, que analisa e aprova a proposta para ter validade de lei, ficou de fora dessa discussão. Nós, vereadores, tomamos conhecimento da proposta somente dia 21 de dezembro, quando ela chegou a esta Casa", afirmou Marcial Lima.

Durante a reunião a portas fechadas na Câmara, parte dos vereadores decidiu não participar da votação. Segundo apurou O Estado,



Vereadores votaram o novo código em sessão na Câmara Municipal

POLÊMICA

Novo código gerou polêmica em SL

Previsto para ser votado semana passada, no apagar das luzes da atual sessão legislativa, o novo Código Tributário de São Luís foi cercado de polêmica por apurte das entidades sociais. Entidades como OAB-MA reclamaram que a matéria não foi discutida.

a proposta da Prefeitura de São Luís não agradou aos vereadores, que, como forma de protesto, preferiram se ausentar da votação.

Tributação

A atualização do Código Tributário de São Luís - que era de 1998 - levará a adequação das leis da área às que já ocorrem no Brasil. Uma delas é a que prevê a tributação de empresas que não têm sede em São Luís.

Esse e o caso de cartões de créditos ou sites de compras sem sede na capital.

De acordo com Monique Lopes, da Semfaz, a expectativa é

“Não há aumento de alíquota de imposto e nem criação de novo tributo. O que a proposta prevê é a modernização do sistema”

MONIQUE LOPES,
Secretária-Adjunta de Gestão
Tributária

que, com a aprovação do novo Código Tributário a Prefeitura de São Luís poderá arrecadar a mais cerca de R\$ 5 milhões por mês somente com a possibilidade de recolher tributos das empresas de cartão de crédito.

"Com o que está em vigor atualmente, não era possível recolher tributos de empresas como Netflix, Spotify ou as empresas de cartão de crédito ou sites de compras. Com a atualização, segundo a legislação vigente, isso já é possível. A atualização servirá para aumentar a arrecadação sem aumentar imposto", afirmou a gestora. ●

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA					
<input type="checkbox"/> Capa	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	29 / 12 / 2017	PÁG.	05	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Sim para o Novo Código Tributário

Projeto não teve unanimidade na Câmara Municipal. Vereadores Marcial Lima (PEN) e Estevão Aragão (PSB) foram os únicos que votaram contra: "projeto votado a sopetão"

PAULO DE FARCO JR.

Após muitas discussões, sendo preciso a realização de uma sessão extraordinária durante o período de recessão do Poder Legislativo, a Câmara Municipal de São Luís, em fim, aprovou o projeto sobre o Novo Código Tributário da capital maranhense. A votação de ontem não foi unânime. Dos 20 vereadores que compareceram a votação, apenas dois foram contrários ao projeto: Marcial Lima (PEN) e Estevão Aragão (PSB).

"Eu votei contra porque esse projeto não está explicado direito, não foi esclarecido. O projeto chegou na Câmara há pelo dia 20 e era para ser votado na semana passada e ninguém discutiu isso. O projeto não foi debatido com a sociedade, com os segmentos da população, nem comercial, nem empresarial, nem industrial, nem a própria população dos trabalhadores. Foi um projeto votado a sopetão. Eu acredito que o resultado disso depois virá. Virão problemas no futuro. Agora, o que vai repercutir no bolso do trabalhador, da população, isso virá depois. O futuro é que vai dizer o prejuízo maior da população", afirmou o vereador Marcial Lima ao jornal O Imparcial.

Apesar de não ter tido todos os votos favoráveis, a aprovação do Novo Código Tributário já estava bem encaminhada. Na verdade, a mobilização feita pela Secretaria Municipal da Fazenda - Semfaz ao se reunir com vereadores e com integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) ajudou que o projeto ganhasse força internamente, uma vez que a conclusão final do código foi a de que não haveria aumento de tributos para a população, e sim, atualização dos valores.

Emenda impositiva

Se, por um lado, os vereadores aprovaram o Novo Código Tributário, por outro, eles deixaram a votação sobre o projeto de emenda impositiva somente para o ano que vem. O resultado também já era esperado, principalmente porque não existe unidade sobre o assunto dentro da Casa.

Sem um entendimento claro sobre a emenda impositiva, que obrigaria a Prefeitura de São Luís a pagar as emendas parlamentares para todos os membros da Casa mesmo quando o vereador for de oposição, a matéria proposta pela Mesa Diretora voltou para a pauta da Câmara Municipal só em 2018. E tudo porque o vereador Sílvio Abreu (PRB) pediu vista no projeto.

O perfil de vista para algo esperado nos bastidores da Casa. Nem mesmo a base governista foi capaz de se unir em prol da emenda impositiva. Sem o consenso interno, ficou complicado o encerrar os demais parlamentares.

Caso volte à pauta, a emenda impositiva precisará de quórum qualificado para ser aprovada pela Câmara Municipal. É necessário que 21 dos 31 vereadores votem "sim". E detalhe: como a emenda impositiva é referente à Lei Orgânica, ela não pode ser submetida a uma votação em caráter de urgência.



Somente os vereadores Estevão Aragão e Marcial Lima votaram contra

É verdade que o texto original sofreu alterações. Algumas emendas foram acrescentadas ao projeto, mas nada que modificasse substancialmente o Novo Código Tributário. O ponto que mais preocupava era a questão do ISS (Imposto Sobre Serviços), que poderia ter um valor fixo ou variável. A votação saiu como esperando o proje-

to foi aprovado. Houve algumas emendas no projeto.

No projeto original, por exemplo, tinha que o valor do ISS seria fixo ou variável, mas ficou só o fixo. Isso vai facilitar a vida do cidadão. A coisa mais polêmica é que preocupava muito a gente era a questão do ISS. Não representou aumen-

to. Pela análise que fizemos, não houve aumento de tributos, só atualização desses valores", disse o vereador Dr. Gutemberg (PSDB), presidente da Comissão de Orçamento da Câmara.

O secretário municipal de Fazenda, Delbeto Rodrigues, fez questão de esclarecer os burocratas a respeito da criação de impostos por parte da Prefeitura de São Luís e explicou que a atualização do código era necessária. Agora, a tendência é que o município arrecade mais com o ISS. "O município não está aumentando imposto, não está criando imposto. O objetivo principal do código é a modernização e a unificação de legislações. Nosso código data de 1998. De lá para cá, temos um monte de leis tributárias a nível municipal. Estamos compilando essas leis em um único documento", afirmou Rodrigues.

O projeto não foi debatido com a sociedade, com os segmentos da população. Foi um projeto votado a sopetão. Eu acredito que o resultado disso depois virá. Virão problemas no futuro

Marcial Lima,
vereador (PEN)



GERA MARANHÃO - GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO S.A

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2017

CNPJ/MF nº 09.110.880/0001-23 | NIRE 21.300.309.604

1 DATA, HORA E LOCAL:

Em 8 de dezembro de 2017, às 10:00 horas, na sede social da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S/A ("Companhia"), no Município de Miranda do Norte, Estado do Maranhão, na Via de Acesso à Subestação Mirandense e Eletrônica Km 3, sm, Portão A, Zona Rural, CEP 65465-000.

2 CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:

Dispensada a convocação em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Estava presente, ainda, a reunião, o Diretor Administrativo.

3 COMPOSIÇÃO DA MESA:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia nomearam Oderval Estêves Duarte Filho e Nelson Magalhães Graça para integrarem a mesa, na qualidade de Presidente e Secretário, respectivamente.

4 ORDEM DO DIA:

Deliberar acerca da distribuição de dividendos intermediários da Companhia.

5 DELIBERAÇÕES:

Nos termos dos Artigos 18 e 28, do Estatuto Social da Companhia, os conselheiros deliberaram, por unanimidade, declarar dividendos intermediários, no montante de R\$ 23.048.792,33 (vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecientos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), à conta de lucros apurados no Balanço Patrimonial da Companhia datado de 30 de novembro de 2017, levantado especificamente para essa fim. Assim, o montante ora citado deverá ser pago aos acionistas na proporção de suas participações societárias, observadas as disposições previstas no Estatuto Social da Companhia, ficando a Diretoria da Companhia, desde já autorizada a realizar os respectivos pagamentos.

Os conselheiros rubricaram, neste ato, uma cópia do Balanço Patrimonial da Companhia acima mencionado, o qual deverá ser considerado parte integrante da ata desta reunião, para todos os fins e efeitos, e ficará arquivada na sede da Companhia, não sendo necessário seu arquivamento na competente Junta Comercial.

6 ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a reunião esta ata na forma de sumário que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. A reunião encerrada em 10 minutos. Os Conselheiros Presentes: Oderval Estêves Duarte Filho, Nelson Magalhães Graça, Leonardo da Silva Lucas Santos de Lima e Kátia Mendes Costa.

A presente e cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
PROPOSTA: DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
DATA: 08/12/2017
LOCAL: JUCENA - GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO S.A
Assinatura: Oderval Estêves Duarte Filho
Assinatura: Nelson Magalhães Graça
www.geramara.com.br

A VALIDADE DESTA DOCUMENTO, SE IMPEDIR, SÃO INTERIORES E COMPUTAREM DE SUA VALIDADE NAS REPRODUÇÕES FOTÓGRÁFICAS, INFORMANDO NESTA REPRODUÇÃO O TIPO DE REPRODUÇÃO.

Mesa:

Dr. Oderval Estêves Duarte Filho
Presidente

Nelson Magalhães Graça
Secretário



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Capa Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 29 / 12 / 2017 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Câmara Municipal aprova novo Código Tributário de São Luís

A Câmara Municipal de São Luís aprovou, ontem, 28, em sessão extraordinária, o projeto de lei que altera o Código Tributário do Município (CTM) determinando mudanças na forma de cobrança que envolve o pagamento de impostos e taxas pelos moradores da capital. A mensagem informa sobre valores e a forma de cobrança do IPTU, ISS, tributos para ocupação do solo, taxa de iluminação pública, entre outros serviços de domínio da prefeitura. A matéria tem 570 artigos que altera, acrescenta e revoga dispositivos de 23 leis municipais com 20 anos de defasagem. A proposta segue agora para a sanção do prefeito Edivaldo Holanda Júnior. O presidente da Casa, Astro de Ogum, destacou a importância de alterações realizadas no projeto original para o aprimoramento do texto. Foram seis emendas da Comissão de Orçamento da Câmara e mais duas do vereador Ricardo Diniz. "A atualização do código vem

sendo feita desde 2015. Claro que o projeto original deveria sofrer algumas alterações atendendo a pedidos de algumas entidades de classes, mas acredito que a cidade ganha com a aprovação da proposta, no momento em que atravessa uma das suas piores crises econômicas, mostrando o quão necessário são os reajustes fiscais promovidos pelo Executivo e fazendo também justiça social", afirmou Astro de Ogum. A bancada de oposição se posicionou contra em função da complexidade e extensão da matéria que merecia uma discussão muito mais aprofundada para poder votar com consciência, responsabilidade e tranquilidade. Governistas, por sua vez, comemoraram a aprovação do projeto, que consideram ser de grande valia para o desenvolvimento do município. Para o vice-líder do governo na Casa, com a aprovação pelos vereadores, o novo CTM será executado a partir de 2018 e pode revolucionar a arrecadação



Astro de Ogum: a atualização do código vem sendo feita desde 2015

municipal, promovendo justiça fiscal e também seguirá a Lei Complementar 157/2016, que alterou as regras para lançamento e cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), inclusive, definindo alíquota mínima, e incluindo itens à lista de serviços para a tributação do imposto, entre outros.

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

O documento que reúne a legislação sobre o assunto tem 20 anos de defasagem. Uma das novidades desta atualização é o reconhecimento administrativo da decadência e da prescrição. O

novo dispositivo trata ainda da disponibilização de parcelamento tributário permanente; criação de domicílio fiscal eletrônico para o contribuinte; deferimento tácito nas instâncias de julgamento; adequação ao Novo Código do Processo Civil (NCPC); possibilidade de dação em pagamento de bens imóveis, instituição do Programa de Cidadania Fiscal, com concessão de crédito para abatimento de IPTU, além de concessão de premiações; revisão do Processo Administrativo Fiscal (PAF), adequado aos precedentes jurisprudenciais do STF e STJ, entre outras iniciativas inovadoras.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Capa (X) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 29 / 12 / 2017 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Governo do Maranhão deve de móveis a papel higiênico a empresas

Fornecedores fizeram protesto ontem; afirmam que várias secretarias do Estado não pagaram dívidas e lamentam não pagamento do 13º de funcionários

EDUARDO LINOSO
Da equipe de O Estado

Um grupo formado por vários empresários se reuniu, no fim da manhã de ontem, 28, na porta da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Seplan-MA), no Cahau, para protestar contra a falta de pagamento de várias secretarias do Governo do Estado. Segundo os empresários, o governo deve desde fornecedores de móveis a empresas que fornecem água e papéis higiênicos. Os empresários afirmam que sequer foram recebidos por algum representante do Executivo. Muitos deles, que são microempresários, ressaltam que estão com dívidas de 13º salário de funcionários e estão sendo "sufocados" pela situação.

Na porta da Seplan, se reuniram



Empresários foram à Secretaria de Planejamento protestar contra a falta de pagamentos de serviços

Governo mostra desprezo por empresas

fornecedores de móveis, suprimentos de informática, água, gás, material de papelaria, entre outros. Todos cobrando dívidas de várias secretarias do Governo do Maranhão. Por exemplo, um dos empresários afirmava que a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sagrma) deve de moedor de carne a material de cantina.

"Eu trabalho com móveis. Entreguei cadeira, mesa, tudo. Não recebi nada. E o problema maior são os impostos que nós temos que pagar. Agora, a maioria dos empresários aqui não pagou 13º salário dos seus funcionários. Isso é uma situação que está fora da lei. Os se-

guranças não deixaram nem a gente entrar na secretaria. No entanto, ninguém recebeu a gente", disse o empresário José Lourenço Borges.

Os empresários afirmam que as secretarias que mais devem são a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sagrma), Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (Sector). Porém, eles garantem que quase todas as secretarias estão devendo.

No fim do protesto, representantes de algumas secretarias apareceram no local para tentar acalmar os ânimos dos revoltosos, mas até o momento foi resolvido.

A equipe de OEstadoMA.com entrou em contato com a assessoria de comunicação do Governo do Estado para mais informações e aguarda resposta

Governo comunista diz que só paga após dia 15 de janeiro

Em nota encaminhada a O Estado, o governo Flávio Dino fez uma série de ilações sobre a saúde fiscal da gestão. Resolveu, mais uma vez, comparar-se ao governo passado e utilizou dados do Tesouro Nacional para falar de dados que não lhe foram perguntados.

"Conforme informações do Tesouro Nacional, divulgadas no início de dezembro, a capacidade de pagamento (Capag) foi elevada da nota C para a nota B na comparação com a gestão passada, desempenho que vem se mantendo desde 2015. Levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que o Ma-

ranhão tem a segunda melhor situação fiscal do país", diz a nota.

No que disse respeito, especificamente, ao atraso no pagamento das empresas, após toda tergiversação, a gestão comunista admitiu o débito.

"Sobre o pagamento dos fornecedores, a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) esclarece que recebeu o grupo de empresários no início da tarde desta quinta-feira (28), ocasião em que eles foram comunicados de que os pagamentos serão retomados na segunda quinzena de janeiro", diz a nota, encaminhada pela Secretaria de Comunicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos (<input checked="" type="checkbox"/>) Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Capa () Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros Nacional	
DATA	29 / 12 / 2017
PÁG.	02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

ESCOLAS PÚBLICAS

Cai o número de matrículas no ensino fundamental e médio



Temer diz que pensões podem ser cortadas

O número de alunos matriculados no ensino fundamental (1º ao 9º ano) e ensino médio em escolas públicas caiu em relação ao ano passado, de acordo com o Censo Escolar de 2017. Já nas creches e pré-escola houve um aumento nas matrículas. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (26) no Diário Oficial da União.

Todo ano, o governo divulga o total de matrículas porque o número é usado como base para o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e para a realização de programas na área da educação.

Fundamental e Médio- As matrículas no ensino fundamental caíram 1,6% em relação ao ano de 2016. O número passou de 22.419.989, no ano passado, para 22.056.515, em 2017. O cálculo inclui estudantes que foram matriculados tanto no período parcial como no integral.

Já no Ensino Médio, a queda foi mais significativa. Houve uma diminuição de 2,9% de matrículas - de 6.878.762 em

2016 para 6.682.427 neste ano. No entanto, aumentou o número de estudantes matriculados no período integral. Em 2016, eram 409.401 alunos, já neste ano foram 500.988 jovens estudando no período estendido. O resultado é uma boa notícia para o Ministério da Educação (MEC), que tem esse como um dos objetivos da reforma do ensino médio.

Creches e pré-escola - O Censo mostra que as matrículas nas creches cresceram entre 2016 e 2017 - foi de 2.068.682 para 2.209.782 crianças matriculadas, um aumento de mais de 6%.

Na pré-escola, o número de matriculados também aumentou. Saiu de 3.772.990 em 2016 para 3.872.765 neste ano, uma elevação de 2,6%.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)- A educação de jovens e adultos (EJA) na modalidade presencial registrou um crescimento de 4%. Em 2016, eram 2.811.939 alunos e em 2017 o índice aumento para 2.928.958.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA					
<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	29 / 12 / 2017	PÁG.	04	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
				<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

58 não retornaram ao presídio após a saída temporária do Natal

Portaria que autorizou o benefício prevê regressão de regime a quem não cumpriu o prazo estabelecido, e eles passam a ser considerados foragidos

DANIEL JÚNIOR
Da equipe do O Estado

Cinquenta e oito detentos, que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Temporária (Seap), beneficiados com a saída temporária do Natal no último dia 21, não retornaram no prazo determinado às respectivas unidades prisionais, estipulado às 18h de quarta-feira, 27. De acordo com a Seap, 650 apenados, sob a responsabilidade do órgão, conseguiram efetivamente o benefício, mas 592 retornaram.

A portaria que autorizou o benefício, assinada pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu. Ao todo, 716 presos do regime semiaberto foram autorizados a deixar as cadeias durante o período natalino. Desse número, 692 são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Temporária (Seap) e os outros 24 presos são aqueles que cumprem pena em instituições como Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) e em corporações das polícias Militar e Civil e, também, do Bombeiro Militar.

De acordo com a portaria, assinada pelo juiz Márcio Casco Brandão, 684 apenados do regime semiaberto estariam aptos a receber o benefício, por preencherem os requisitos legais previstos na Lei de Execução Penal (LEP).

Em seguida, uma portaria complementar autorizou a saída temporária a mais 32 recuperandos, totalizando 716 beneficiados. O benefício começou a valer às 9h da última quinta-feira, dia 21, encerrando-se às 18h do dia 27.

Segundo a LEP, a autorização para a saída temporária é concedida por ato motivado do juiz, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária. Para ter direito ao be-



Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que recebeu 592 dos apenados que passaram o Natal em casa

SAIBA MAIS

- 548 presos beneficiados - 45 não voltaram - na saída temporária de Páscoa
- 442 presos beneficiados - 47 não voltaram - na saída temporária do Dia das mães
- 556 presos beneficiados - 41 não voltaram - na saída temporária do Dia dos pais
- 675 presos beneficiados - 34 não voltaram - na saída temporária do Dia das Crianças
- 716 presos beneficiados - 58 não voltaram - na saída temporária de Natal

nefício, o preso do regime semiaberto precisa ter cumprido, no mínimo, 1/6 (primários) ou 1/4 da pena (reincidentes); apresentar comportamento adequado na unidade prisional, além da compatibilidade entre o benefício e os objetivos da pena.

A lei

A Lei de Execução Penal disciplina o benefício da saída temporária como automaticamente revogado quando o beneficiário praticar fato definido como crime doloso; for punido por falta grave; desatender às condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso, quando for o caso. A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancela-

mento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.

Saídas

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), nas cinco saídas temporárias concedidas este ano, somente 7% dos beneficiários não retornaram dentro do prazo às suas respectivas unidades prisionais. A maior redução foi registrada na saída temporária do Dia das Crianças, quando foram beneficiados 669 recuperandos dos quais apenas 34 não retornaram, ou seja, 5,1%.

Este ano, em cinco saídas temporárias, foram beneficiados 2.937 detentos, e não retornaram ao complexo de Pedrinhas 225. Apesar de as

duas portarias da VEP indicarem 716 presos beneficiados, a Seap diz que apenas 650, sob sua responsabilidade saíram, e destes 58 não voltaram - passam à condição de foragidos.

Em nota, o Governo do Estado informa que dos 650 detentos beneficiados com a saída temporária do Natal, que efetivamente deixaram o sistema prisional, na manhã do dia 21 deste mês, 592 retornaram às suas respectivas unidades prisionais; e 58 apenados, portanto, não cumpriram o prazo de retorno às 18h desta quarta-feira, 27, determinado pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Márcio Castro Brandão, por meio da Portaria 023/2017, que prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu. ■

Dono de imóvel imobiliza bandido e o entrega à polícia

Fato ocorreu em São Luís Gonzaga; assaltante foi apresentado na delegacia de cidade de Bacabal

Após tentar furar o interior de uma residência na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, a importância de R\$ 1.300,00, Cristiano Sampaio, conhecido como Máquina, foi imobilizado pelo proprietário do imóvel, que acionou os policiais militares da cidade. Fato ocorreu na Rua Marechal Castelo Branco, no centro da cidade.

Cristiano é conhecido no mundo do crime, pois se trata de um bandido contumaz na prática de roubos e furtos em Bacabal e cidades vizinhas. Desta vez ele foi preso por policiais militares de São Luís Gonzaga do Maranhão pelo crime de furto e apresentado na delegacia de polícia de Bacabal.

O bandido tem inúmeras passagens pela polícia por roubos, assaltos e outras modalidades criminosas, sendo também acusado da prática de um furto na cidade de Capinzal do Norte, de onde teria levado jóias, totalizando um prejuízo de mais de R\$ 20.000,00 aos proprietários.

Moto

Ainda na quarta-feira, 27, policiais do Comando de Policiamento de Área do Interior 1 (CPAI-1), deflagraram uma operação na área com o objetivo de apreender armas de fogo, drogas, veículos roubados, foragidos de justiça, dentre outras modalidades criminosas. Uma guarnição do destacamento da cidade de Lago Verde abordou no povoado Siló, na MA-326, duas pessoas que conduziam motocicletas com sentido à cidade de Conceição do Lago Açu.

As motos, duas Hondas, uma de Lago do Junco e outra de Bacabal, que estavam sem placas foram consultadas via Sinesp e ficou constatado que eram produtos de furto ou roubo. Os seus condutores, Nilton Gomes Santos, de 41 anos, e Warleson Araújo Linhares, de 19 anos, foram presos.

Com a apreensão dessas duas motocicletas, os policiais da cidade de Lago Verde soma agora 15 veículos roubados ou furtados recuperados. ■

59 mortos com greve das polícias no RN

Bandidos tomam conta do estado com a falta de policiamento, que pede a quitação dos salários

NATAL

Motocicletas foram depenadas e pelo menos 10 bicicletas levadas de dentro de uma delegacia da Polícia Civil na Zona Norte de Natal. O crime aconteceu na noite de quarta-feira, 27. Sem a Polícia Militar nas ruas há nove dias (policiamento pede a quitação de salários), a região metropolitana da capital potiguar registrou mais de 450 roubos, furtos e arrombamentos contra o patrimônio. Em todo o estado, foram 59 homicídios neste período.

Na manhã de ontem, uma loja de departamento foi alvo de um arrastão no centro de Natal. Um vídeo divulgado mostra quiosques de celulares

vazios após a ação dos assaltantes. Em Mossoró, segunda maior cidade do estado, lojas também foram saqueadas durante a madrugada de ontem.

Delegacia invadida

A delegacia invadida foi a 6ª DP que fica no bairro de Pajuçara. Segundo os agentes que trabalham no local, os bandidos pularam o muro por trás do prédio e tiveram acesso ao pátio onde ficam os veículos apreendidos. Pelo menos 10 motos foram depenadas.

A 6ª DP, assim como todas as outras 14 delegacias distritais de Natal, estão fechadas há mais de uma semana por causa da paralisação da Polícia Civil, que aderiu à greve. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Capa () Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros
DATA 29 / 12 / 2017 PÁG. () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Gapara Suspeito por matar adolescente invadia casas, ameaçava moradores e roubava objetos

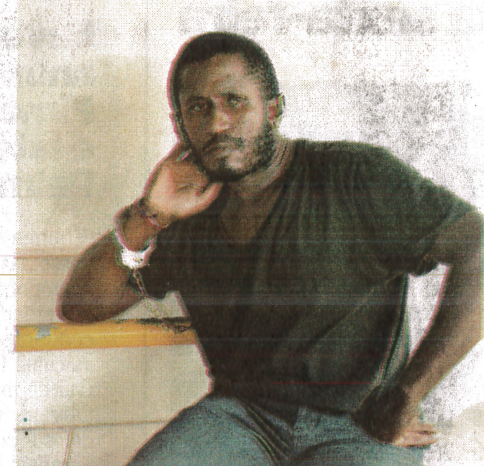
Segundo novas informações divulgadas pelo delegado Walter Wanderley, titular do 5º Distrito Policial (DP), Anjo da Guarda, Fernando Amorim, de 32 anos, invadia casas na área do Gapara, no eixo Itaqui-Bacanga, em São Luís, ameaçava moradores e roubava vários objetos. Ele foi preso na quarta-feira (27) por ter matado Ronald Belém Mafra, 17, o "Rony", durante o feriado de Natal naquela região.

Wanderley disse que Fernando amedrontava a população do Gapara com suas ameaças e entrava sem permissão nas residências como se fosse o proprietário. Já dentro e acompanhado de comparsas, retirava pias, vasos sanitários, canos, lâmpadas e outros objetos, que, depois, eram vendidos pelo bandido a receptadores. Há rumores de que Amorim também tenha cometido crimes no interior maranhense, mas este detalhe está sendo averiguado pelo 5º DP.

A PRISÃO

Fernando foi preso na Rua Santo Antônio, na Vila Isabel, igualmente no eixo Itaqui-Bacanga, na manhã de quarta-feira, por uma guarnição do 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM). Segundo informações obtidas pela reportagem do Jornal Pequeno, o suspeito, após matar "Rony", desapareceu do Conjunto Duque Bacelar e fugiu para a Vila Isabel, buscando refúgio entre seus comparsas, tendo sido levado por um cúmplice em um carro.

Ronald, durante a segunda-feira, por volta das 11h50, matou Lourinaldo Sales Correa, 38, o "Lourinho", no Conjunto Duque Bacelar, porque este o cobrou de uma dívida referente a drogas. A mãe de "Rony", querendo evitar que o desentendimento passasse para outro nível, pediu para que isso fosse esquecido e que logo seria resolvido, mas "Lourinho" agrediu a mulher e partiu para cima de Ronald com uma faca serra



GILSON FERREIRA

Segundo a Polícia Civil, Fernando Amorim aterrorizava moradores do Gapara e região

pequena.

Na briga entre eles, "Rony", em um movimento com os braços, retirou a faca das mãos de "Lourinho" e o matou com diversos golpes da arma branca. Na sequência, os comparsas de Lourinaldo, querendo vingança, procuraram Ronald e o cercaram, assassinando o rapaz com disparos de arma de fogo.

Além de Fernando Amorim, participaram deste homicídio "Babidi", "Vítor Preto" e "Baiano". (NELSON MELO)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Capa () Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	29 / 12 / 2017
PÁG.	12
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Soldado do Exército é assassinado a tiros na cidade de Imperatriz

NELSON MELO

Um soldado do Exército Brasileiro foi morto, na noite de quarta-feira (27), com disparos de arma de fogo no Parque Alvorada 2, bairro localizado na cidade de Imperatriz, no sudoeste do Maranhão. José Rodolfo de Sousa Rabello, como se chamava, não resistiu por volta das 23h. De acordo com informações apuradas pela Polícia Militar, ele teria reagido a um assalto. Ainda segundo os policiais militares que estiveram na ocorrência, Rodolfo ainda foi levado ao Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), mas morreu assim que o retiraram



O soldado José Rodolfo

da ambulância. O rapaz era lotado no 50º Batalhão de Infantaria de Selva (50º BIS) de Imperatriz. Os dois envolvidos nessa morte, que foram vistos em uma motocicleta, ainda não foram identificados. O delegado regional de Imperatriz, Eduardo Galvão, estimou que, provavelmente, o tiro que matou o soldado saiu de uma espingarda ou de uma garrucha. Embora o latrocínio (roubo que resulta em morte) seja a hipótese mais forte, outras ainda não foram descartadas, tendo em vista que ele teria presenciado a prática de algum crime no local e, nesse sentido, acabou sendo assassinado por ser testemunha ocular.

Homem é encontrado morto dentro de embarcação em São José de Ribamar

Um homem foi encontrado, nas primeiras horas da manhã dessa quinta-feira (28), perto da Praia do Caúra, no município de São José de Ribamar. De forma mais específica, o corpo foi localizado no Porto do Vieira, dentro de uma embarcação. De acordo com informações obtidas pela reportagem do Jornal Pequeno, a vítima continha perfurações de arma de fogo. O corpo do homem foi retirado da embarcação, de pequeno porte, logo após a maré ter recuado, conforme o tenente-coronel Alexandre, comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar (BPM). Equipes do Instituto Médico Legal (IML), do Instituto de Criminalística (Icrim) e da Superintendência



Populares observam corpo de homem achado em porto da cidade de São José de Ribamar

Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP)

estiveram no trecho onde o cadáver foi localizado. (NM)

Bando invade velório, rouba caixão e incendeia corpo

Bandidos mascarados invadiram um velório em Fortaleza, e incendiaram o corpo de um jovem de 22 anos que havia sido morto no dia de Natal. De acordo com informações os criminosos estão relacionados ao assassinato investigado pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Nas redes sociais, circulam imagens registradas pelo bando que, segundo os investigadores, seria de uma facção criminosa que pratica tráfico de drogas na cidade. O vídeo mostra o momento em que foi efetuado o crime de vilipêndio de cadáver. O caso deve ficar a cargo da delegacia da área onde ocorria o velório.

Populares acham dupla sem vida e com marcas de pauladas

Na manhã dessa quinta-feira (28), em uma estrada que interliga as cidades maranhenses de Vitorino Freire e Paulo Ramos, dois homens foram encontrados mortos. Ambos, de acordo com observações feitas por policiais militares que compareceram ao local, apresentavam marcas no corpo que indicavam terem sido

produzidas por pauladas. Os policiais contaram que um dos homens estava ao lado de uma motocicleta e o outro se encontrava perto. Preliminarmente, presume-se que as duas vítimas teriam sido atacadas em uma emboscada. Os cadáveres foram localizados nas proximidades do povoado Sete Voltas. (NM)



Os dois homens podem ter sido mortos a pauladas